



Handwritten signature and initials

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte, no Auditório Rio Lima, em Ponte de Lima, pelas dezoito horas e dez minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva convocatória. -----

--- Estavam presentes os Presidente de Câmara que compõem o Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, designadamente: da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Esteves; da Câmara Municipal de Caminha, Miguel Alves; da Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Baptista; da Câmara Municipal de Ponte da Barca, Augusto Marinho; da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Vítor Mendes e da Câmara Municipal de Valença, Manuel Lopes. Não estiveram presentes os Presidentes de Câmara de Monção, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira que comunicaram antecipadamente a sua impossibilidade em estarem presentes, por compromissos profissionais anteriormente assumidos. O Presidente da Câmara de Viana do Castelo, comunicou que chegaria mais tarde. -----

--- Presidiu a reunião Eduardo Jorge do Paço Viana, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, iniciando a sessão com a apresentação de cumprimentos a todos os presentes.-----

--- O Presidente da Mesa começa por comunicar, que já tendo quórum e a maioria dos Senhores Presidentes de Câmara iniciará a reunião. Informando ainda, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e do Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, José Maria Costa, comunicou que se encontra em viagem de regresso a Viana do Castelo, por ter participado numa reunião fora desta região pelo que demorará mais alguns minutos a juntar-se aos trabalhos. Com o seu acordo também, dá então início à sessão. -----

Cumprimenta toda a Assembleia e enaltece a possibilidade de estarem todos reunidos depois de um período de confinamento, muito complicado para todos. Faz um agradecimento a todos os membros presentes e a importância de cada um, no desempenho das suas funções, porque cada um contribuiu da forma possível, mesmo aqueles que ficaram retidos em suas casas, contribuindo para a sua segurança e para a segurança dos outros. Constata o facto de ser um período novo que ainda não terminou, como todos já perceberam, que obriga ainda à sujeição de muitas medidas de segurança, com vários constrangimentos para a proteção da saúde e bem-estar de todos. Reiterando ser necessário dar continuidade às funções que cada um desempenha,



convencido de com a colaboração de todos, certamente se chegará a “bom porto”.-----
Sendo o local desta reunião, o Auditório Rio Lima, em Ponte de Lima, agradece ao Senhor Presidente, Vítor Mendes ter contribuído para se estar hoje na sua terra. Cede a palavra ao Vice-Presidente da CIM do Alto Minho e também anfitrião desta sessão, Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Vítor Mendes. -----

Vítor Mendes (Vice-Presidente em representação do Presidente da CIM) - Agradece e começa por cumprimentar os membros da Mesa, todos os membros da Assembleia Intermunicipal e os colegas, Presidentes de Câmara, bem como o Secretário Executivo Intermunicipal, Júlio Pereira. Refere ser um gosto que esta Assembleia de realize em Ponte de Lima, constatando que todos estão com saúde e força para continuar a trabalhar pelo Alto Minho. Aproveita este momento, para um agradecimento, aos funcionários do Município de Ponte de Lima, que colaboraram na preparação e estão a acompanhar no local o decorrer desta reunião, todos os preparativos e medidas de segurança exigidas nesta fase de pandemia e, também aos funcionários da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, envolvidos na preparação e organização desta sessão, que tudo fizeram para cumprir na íntegra o “Plano de Contingência do Auditório Rio Lima (Coronavírus SARS-COV-2 - COVID-19)” datado de Junho de 2020 (**Doc. 1/2020**) para que todos estejam em segurança como é exigido. -----

--- O Presidente da Mesa agradece e partilha o agradecimento às equipas empenhadas para que esta reunião decorra com a máxima segurança, face a esta pandemia. -----

Retomando os trabalhos, comunica que foi rececionado em 09 de junho de 2020 a comunicação de um pedido de suspensão de mandato, com início na mesma data, do membro, João Pedro da Cunha Cruz, do PSD de Viana do Castelo, que pede a suspensão por um período de 6 meses e que é substituído, pela membro suplente, Marília Florência Sousa Nunes, até fim dessa data. -----

Comunica as informações rececionadas sobre substituições: Óscar Gabriel Pereira da Silva do PS de Valença, tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, seria substituído por Orlando Vasco da Cunha Oliveira que por sua vez também comunicou a sua impossibilidade em estar presente e é substituído por Ana Margarida Garcia Tomé; Manuel Durval Fernandes Afonso Lages do PSD de Monção tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, seria substituído por Catarina Vaz Paiva, que por sua vez também comunicou a sua impossibilidade em estar presente e é substituída por Cristina Raquel Fernandes Lourenço, que comunicou no próprio dia a impossibilidade em estar presente; Sérgio Paulo de Brito Oliveira do PS de Ponte da Barca, tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, seria substituído por Irene da Silva Dantas da Silva, que por sua vez também comunicou impossibilidade em estar presente e é substituída por Paulo Duarte Ferreira Barbosa.-----

Informa que, sobre a Proposta de Recomendação, aprovada na última reunião de seis de



dezembro de dois mil e dezanove, sobre a Bienal Internacional de Arte de Cerveira, em que se solicitava, à DGARTES e ao Governo, a aprovação de uma forma de financiamento plurianual para que se pudesse dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela FBAC de uma forma eficaz e poder cumprir os seus objetivos estatutários, sem pôr em causa a realização da XXI Edição da Bienal Internacional de Arte de Cerveira em 2020. A proposta indicava as entidades para as quais deveria ser enviada: Presidência da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, à Ministra da Cultura, à Direção-Geral das Artes, ao Presidente da Assembleia da República e a todos os Grupos Parlamentares. Foi cumprida esta decisão e enviados ofícios a todas as entidades mencionadas. **(Doc. 2/2020)**. Pela mesma via, foram rececionadas respostas, do Senhor Presidente da República, da Casa Civil da Presidência da República, com o seguinte texto, a transcrever: *“Encarrega-me Sua Excelência, o Presidente da República, de acusar a receção e de agradecer o texto da Proposta de Recomendação que vossa excelência teve a amabilidade de enviar e à qual foi dada a melhor atenção por parte da Casa Civil. 29 de janeiro de 2020.”* Foi rececionado, por e-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” com o texto, a transcrever: *“Acusamos a receção e agradecemos a carta por si enviada com a Proposta de Recomendação Bienal Internacional de Arte de Cerveira que mereceu a nossa melhor atenção. Sem mais de momento, apresentamos os melhores cumprimentos.”* Foi rececionado ainda, do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro o texto, a transcrever: *“Encarrega-me o Senhor Primeiro-Ministro de acusar a receção da carta de vossa excelência sobre o assunto em epígrafe que mereceu a melhor atenção.”* Também da Assembleia da República, foi rececionado o texto, a transcrever: *“Encarrega-me Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, de acusar a receção da Proposta de Recomendação mencionada em epígrafe, a qual mereceu naturalmente a melhor atenção e de informar que atendendo à matéria em apreço, a mesma foi levada ao conhecimento das Senhoras e Senhores Deputados da Comissão Parlamentar de Cultura e de Comunicação, bem como dos Grupos Parlamentares e dos Deputados únicos representantes do partido.”* Tendo sido esta as respostas rececionadas até à presente data. -----

Informa sobre a escolha do local em que a sessão está a decorrer, que se impunha, a opção de um espaço que permitisse estar em conformidade, com a legislação em vigor, com todas as questões legais, em que fosse possível cumprir as orientações da DGS, em relação ao distanciamento entre pessoas, utilização de máscara, desinfeção das instalações e permanente higienização após cada ato que envolva movimento de cada membro. Assim na reunião preparatória, da Mesa e dos Líderes Partidários, que antecede sempre cada sessão desta Assembleia Intermunicipal, foram debatidos os pormenores a serem considerados, sendo esta uma reunião e cariz político a mesma foi possível realizar-se de forma presencial, de acordo com a Lei em vigor. Foi concedida informação, que em Ponte de Lima e no Auditório em que se realiza

2
M
A



a presente reunião, já havia experiência da realização de uma reunião da Assembleia Municipal de Ponte de Lima, oferecendo uma boa garantia para que tudo corresse pelo melhor. Contactado, prontamente o Presidente da Câmara de Ponte de Lima, Vítor Mendes disponibilizou o local e uma equipa de funcionários para colaboração. Foram levantadas algumas questões, na reunião da Mesa com os Líderes Partidários, nomeadamente uma questão sobre a obrigatoriedade da medição da temperatura corporal antes de entrar no espaço da reunião (Auditório Rio Lima). Como é do conhecimento de todos, existe um Regulamento Geral de Proteção de Dados, que pode ter várias interpretações, podendo pôr em causa a competência técnica para certos atos, a exigência da presença de um enfermeiro ou técnico de saúde, entre outras questões que podem ser apresentadas e questionáveis.-----

Tendo um conhecimento mínimo, do Plano de Contingência do espaço em consideração para a realização da reunião da Assembleia Intermunicipal, uma das exigências obrigatórias é a medição da temperatura corporal, sem registo escrito e sem que seja dado conhecimento do valor que cada pessoa presente, apenas em caso de ultrapassar, o que está previsto em Lei, os 37,5 graus Celsius será acionado o Plano de Contingência, de acordo com o aí previsto. Ficou confirmada a disponibilização integral do Plano de Contingência a aplicar no Auditório Rio Lima, antes da realização da reunião da Assembleia Intermunicipal. Assim aconteceu. Persistindo alguma referência a esta situação, foi decido pela Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, consultar a Direção-Geral de Saúde através do Delegado de Saúde da ULSAM. Feita a consulta no período que mediava entre a reunião da Mesa e Líderes Partidários e a data agendada para a reunião da Assembleia Intermunicipal, e após algumas dificuldades em obter informação, sobre quem de direito, para se pronunciar sobre esta questão, foi enviado um e-mail a apresentar a questão da obrigatoriedade ou recusa de medição da temperatura corporal. Foi obtida resposta por e-mail, que o Presidente da Mesa fez questão de ler na íntegra: *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, a orientação n.º 028/2020 da Direção-Geral de Saúde é omissa quanto a essa matéria.”* – portanto, dizia respeito à obrigatoriedade de se efetuar a medição da temperatura para frequentar o espaço – *“Dado que o plano de contingência do Auditório Rio Lima foi devidamente aprovado sou do parecer que deverá ser cumprido. A manifestação de recusa de cumprimento do referido plano de contingência é impeditiva para participar na referida reunião.”*-----

Tendo sido a resposta obtida, a mesma está a ser cumprida no local de chegada, antes da entrada no Auditório Rio Lima, por um funcionário idóneo, que nem sequer faz parte da equipa de apoio da CIM do Alto Minho. Pedida a palavra pelo membro, José Nogueira, o Presidente da Mesa concede, solicitando a sua deslocação ao púlpito, informando todos os membros, que sempre que



se dirijam a este local terão que desinfetar as mãos com o gel disponibilizado, numa mesa antes do acesso ao mesmo. -----

José Nogueira - Agradece a informação prestada sobre a higienização das mãos. Cumprimenta toda a Assembleia. Retoma o tema da medição da temperatura corporal, que já tinha sido debatido na reunião preliminar (Mesa e Líderes Partidários) e da sua posição, frontalmente contra, entendendo não ter que se sujeitar a tal ato. Sobre todas as informações prestadas pelo Presidente da Mesa nesta reunião, acrescenta, não ter de se sujeitar a uma informação do Delegado de Saúde, quando se refere à "Orientação 028/2020 da DGS", que no seu entendimento é omissa. Presume que o legislador se exprimiu da melhor maneira. Exemplificou, tanto quanto tem conhecimento, a não medição da temperatura na Assembleia da República, considerando este, um caso análogo. Refere ainda que o Plano de Contingência do Auditório Rio Lima, foi devidamente, aprovado, sob parecer que deve ser cumprido. Expõe que entende que o ato de medição de temperatura se fosse aplicado ao entrar na Galeria do Centro Comercial nada teria a opor, expressando que especificamente para esta reunião se opõe, fundamentando que viola direitos fundamentais, nomeadamente, desde logo um direito fundamental que é a participação numa reunião política. Apresenta duas hipóteses: a primeira uma Providência Cautelar, julgando não ser justificado impedir a CIM do Alto Minho de trabalhar e de poder aprovar os instrumentos de trabalho. Daí ter optado, por entrar no Auditório para participar na reunião da Assembleia Intermunicipal. À chegada, aquando do pedido de permissão para a medição da temperatura, não o permitiu, tendo negado autorização para o ato. Insistindo em querer entrar para participação na reunião da Assembleia Intermunicipal, permitiu, então a medição da temperatura corporal e entrou no espaço do Auditório. Salaria não reconhecer em nenhum médico, medida que viole o direito de participação em reunião política, de acordo com a frase proferida: "*A manifestação de recusa de cumprimento do referido plano de contingência é impeditivo para participar na reunião.*" Concluindo que muito provavelmente, irá participar criminalmente contra a pessoa que emite o parecer. Agradece e conclui proferindo, transcrição: "*Participo na reunião, pois, sob protesto.*" -----

--- O Presidente da Mesa agradece a opinião, informando ser livre de a apresentar e tomar as medidas que entender. Fica registado em ata o Voto de Protesto. É solicitada a palavra pelo membro, Celestino Ribeiro, autorização para o uso a palavra.-----

Celestino Ribeiro - Cumprimenta toda a Assembleia e pretende apenas, manifestar a posição da CDU, depois da manifestação do representante do Partido Socialista, que embora nada tenham a opor à medição da temperatura e que o fizeram sem qualquer observação, concordam, que a frase apresentada - é uma frase abusiva. Entendendo que, enquanto membros da Assembleia Intermunicipal, não devem deixar de salientar o que entendem ser abusivo, frases como esta, claramente impeditiva de participação de alguém que negue, neste caso, a medição da



temperatura corporal, pelo que repudiam tal afirmação. Agradece. -----

-- O Presidente da Mesa confirma ficar em registo o proferido. Dá início ao Período Antes da Ordem do Dia começando, por pôr a votação a Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal realizada em 6 de dezembro de 2019. Tendo sido, nos termos habituais a ata enviada, deixa uma palavra de agradecimento aos serviços da CIM do Alto Minho por estar em dia o serviço de elaboração de atas, estando a ata da última Assembleia para aprovação. Questiona a Assembleia sobre alguma intenção de intervenção, não havendo intervenções, coloca a votação. A ata é aprovada com 30 votos a favor, 6 abstenções e 0 votos contra. A membro, Marília Sousa Nunes, justifica a sua abstenção na votação, por não ter participado na última reunião. Aprovada a ata da reunião ordinária de 6 de dezembro de 2019. -----

Foram confirmadas as presenças dos membros da Assembleia Intermunicipal, conforme lista de presenças: 36 presenças, que fica anexa à presente ata (**Doc. 3/2020**). -----

--- O Presidente da Mesa apresentou a Ordem de Trabalhos:-----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1.1. Apreciação e votação da Ata da 2ª reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 06 de dezembro de 2019;-----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.-----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, artº. 29º do Regimento);-----

2.2 Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2019;-----

2.3 Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020 (Aplicação dos Saldos de Gerência); -----

2.4 Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano de 2019; -----

2.5 Ratificação dos Procedimentos de Caracter Plurianual de 1 janeiro a 31 de dezembro de 2019. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa deu início ao cumprimento da Ordem de Trabalhos, iniciando com:-----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Handwritten signature



1.1- Apreciação e votação da Ata da 2ª reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 06 de dezembro de 2019. -----

A ata da 2ª reunião ordinária realizada em 06 de dezembro de 2019, previamente distribuída pelos membros, foi aprovada por maioria com: 29 votos a favor, 6 abstenções e 0 votos contra, tendo as abstenções sido justificadas por ausência na referida reunião. -----

1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----

--- O Presidente da Mesa cede a palavra ao Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal Vítor Mendes, em representação do Presidente do Conselho Intermunicipal.-----

Vítor Mendes: O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, agradece e comunica nada ter a acrescentar em relação ao que foi dito inicialmente, dispensando o uso da palavra. -----

--- O Presidente da Mesa questiona sobre a existência de moções a apresentar e informa que chegou à Mesa uma moção, apresentada pela CDU “Pela criação das Regiões Administrativas” (**Doc. 04/2020**). É interpelado pela membro, Emília Cerqueira, que lembra um compromisso assumido na reunião de líderes, a apresentar nesta reunião. -----

O Presidente da Mesa agradece a intervenção, comunicando ter ficado decidido em reunião de líderes partidários, reunião que antecede, alguns dias antes, esta reunião, para preparação da mesma, o compromisso de apresentar um Voto de Pesar, em nome de todos os Agrupamentos presentes, por todas as vítimas da Pandemia-COVID19. Propondo em nome de todos, um minuto de silêncio, por todos os que faleceram, vítimas desta doença.-----

--- Foi cumprido um minuto de silêncio.-----

O Presidente da Mesa agradece a todos os membros e demais, ficando registado em ata. Apresenta, oralmente, um Voto de Louvor, a todos os que tiveram um papel ativo e decisivo desde março do corrente ano, no combate e resolução de situações difíceis relacionadas com a pandemia, COVID-19. Se for de entendimento geral, sobre este assunto, a Mesa na próxima reunião de líderes partidários elaborará um documento que será anexo à ata da próxima reunião, se for concedido um Voto de Confiança, à mesa da Assembleia Intermunicipal. -----

- Foi manifestado que não seria necessária a sua redação. -----

--- O Presidente da Mesa informa ter rececionado um “Voto de Louvor: Combate à COVID19” apresentado pelo Grupo Intermunicipal Socialista da CIM do Alto Minho (**Doc. 5/2020**), e uma Moção apresentada pelo mesmo grupo sobre a “Linha de Muito Alta Tensão no Alto Minho”, primeira frase do documento (**Doc.6/2020**). -----

--- O Presidente da Mesa concede a palavra à membro, Emília Cerqueira. -----

Emília Cerqueira – Cumprimenta toda a Assembleia, com um agradecimento ao anfitrião desta reunião, Vice-Presidente da CIM do Alto Minho e Presidente da Câmara de Ponte de Lima, Vítor



Mendes, que apesar de todos os constrangimentos e regras especiais disponibilizou, espaço e apoio humano para a realização da presente reunião em segurança. Informa ter a apresentar dois ou três assuntos, que pensa serem transversais, não em forma de moções, mas de alertas, também ao próprio Conselho Intermunicipal, através do seus órgãos e linhas de atuação.-----
Inicia com uma abordagem à situação da TAP, sendo do conhecimento geral a posição da Associação Comercial do Porto e a posição de vários Autarcas do Norte, no que respeita a novas programações de rotas e que o Aeroporto do Porto, basicamente fica fora. Frisa ainda, concordar, que não faz sentido a Providência Cautelar que foi apresentada. Manifesta que é de interesse comum, uma tomada de posição forte dos Autarcas do Norte, até como região transfronteiriça, para o quão fundamental é o Aeroporto Sá Carneiro, para as rotas turísticas, quer pensando nos nossos emigrantes de toda a nossa diáspora, como ponto importante dentro da União Europeia. Defende que deve ser decidido se a TAP é pública ou privada, contando com apoio público ou não. Refere 1,2 milhões de euros do erário público e a falta de se assumirem responsabilidades cívicas para com o país. Assim, em nome do PSD deixa um apelo ao Conselho Intermunicipal, como grande ator e executor do nosso distrito, para que pugnem que as rotas e essa injustiça seja reposta, para que a nossa região, não seja esquecida no que respeita a voos. Sendo fundamental para esta região.-----

Refere-se também às Linhas de Muito Alta Tensão, nomeadamente em Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Monção, três concelhos que veem lutando há anos, contra as linhas de muito alta tensão, especialmente, não pela sua existência, mas pelos seus traçados, sendo que o PSD já apresentou projetos de resolução quanto a esta matéria. Reconhece o PSD, a necessidade de exportação de energia, mas querendo evitar os impactos ambientais e paisagísticos no que está previsto, privilegiando um diálogo efetivo e sério, para além de documentos que por vezes ficam arquivados com uma resposta de “boa nota” sobre o assunto. Assim, insiste em deixar um repto aos Presidentes de Câmara, ao Conselho Intermunicipal, para uma pressão política que certamente terá uma maior eficácia.-----

Por último, refere a poluição do Rio Lima, apelando à pressão, pelo Conselho Intermunicipal, uma vez que esta matéria não é da sua competência direta, pois há muito tempo que este assunto tem sido abordado, sem repercussões, sendo do conhecimento de todos que a poluição vem do país vizinho, Espanha. Não é um problema da zona histórica de Viana do Castelo, Ponte da Barca ou Arcos de Valdevez, mas um grave problema de descargas poluidoras a montante do nosso País. Apela, assim, ao diálogo intermunicipal entre os municípios de um lado e outro da fronteira para que sejam tomadas medidas para se ultrapassar a situação existente.-----

Mais, manifesta um apoio ao Presidente de Câmara de Caminha, na “luta” para o desassoreamento do Portinho de Vila Praia de Âncora. Informa já ter, o PSD, questionado o



Governo sobre este assunto, e que ao contrário das reclamações do Senhor Presidente, que há verba disponível, sabendo que esta não é a realidade. Assim, o PSD disponibiliza apoio nesta matéria para que seja desassoreado porque daquele Portinho, depende a vida de muita gente, não sendo uma praia ou um areal como parece no momento. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e cede a palavra ao membro, Tiago Lima.-----

Tiago Lima – Cumprimenta toda a Assembleia dirigindo-lhe a palavra sobre a questão da Altice Portugal, que como é de conhecimento geral, está previsto até ao final de dezembro do corrente ano, o investimento de cerca de 15 milhões de euros na expansão da rede de fibra ótica. Comunica que foram assinados protocolos, no fim do ano de 2019, com os municípios de Viana do Castelo, Caminha, Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Melgaço, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento económico local, aumentar a criação de emprego, incrementar a capacidade de investimentos privados, diminuindo assim a desertificação e as desigualdades territoriais. Mais refere que de acordo com o Presidente Intermunicipal e *Chairman* da Altice Portugal e passa a citar: *“As infraestruturas de redes são essenciais para o desenvolvimento económico e bem-estar das comunidades. O investimento que tem vindo a ser realizado pela Altice é um claro investimento de interesse público e que vai melhorar a educação das nossas escolas, a performance da oferta e entrega empresarial, a melhoria e desempenho das instituições de saúde, entre outros tantos setores do nosso país.”* Com a pandemia de COVID-19 o mundo teve de se adaptar às novas realidades. E o mundo do trabalho e da educação foram talvez os que mais apressadamente se tiveram de adaptar. O teletrabalho e a telescola são agora duas palavras muitos vulgares no nosso dia a dia. Mas no nosso distrito há grandes desigualdades ao acesso à *Internet*. O nosso território não tem as mesmas valências de infraestruturas de rede, o que não proporciona a mesma qualidade e equidade no acesso à informação. Para muitas famílias é muito difícil manter a estabilidade de ligações quando existem vários membros do agregado a utilizar *Internet*, quer para fins pedagógicos, referindo-se diretamente às aulas através dos vários formatos digitais ou conteúdos *e-learning* e para fins laborais. Tudo indica que o teletrabalho e a telescola continuarão num futuro próximo e para que estes problemas possam ser resolvidos terá de haver uma maior proximidade e articulação entre os autarcas locais e a população de forma a recolherem os dados das suas necessidades e assim incentivar a que as operadoras de telecomunicações possam ajudar na solução com a maior brevidade possível. No entanto, se não forem asseguradas as infraestruturas necessárias para que esta transição digital decorra no Alto Minho, inúmeras desigualdades poderão surgir, desfavorecendo a qualidade do trabalho e da educação da região.” Disse. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e cede a palavra ao membro, Rocha Neves, de inscrições para uso da palavra. O membro, José Nogueira questiona sobre o conteúdo das

2



moções apresentadas, uma vez que não foram distribuídas e gostaria de se manifestar sobre os temas apresentados.-----

--- O Presidente da Mesa, refere que as moções foram apresentadas à mesa, sendo da responsabilidade de cada agrupamento a sua distribuição ou não, pelos restantes membros ou como habitualmente, pelos líderes partidários. Sendo que passam a ser do conhecimento geral quando são lidas, sendo possível inscrição para o uso da palavra sobre as mesmas. Cede a palavra ao membro, Rocha Neves. -----

Rocha Neves – Cumprimenta toda a Assembleia, desejando a todos muita saúde e persistência em serem felizes, nesta fase difícil da vida pessoal, económica, social e até sanitária do País. Refere a moção já apresentada á mesa nesta sessão, pela CDU, sempre em coerência pela criação das Regiões Administrativas, enunciando que mais que um imperativo constitucional é uma necessidade reconhecida para a promoção do desenvolvimento regional, aprofundar a democracia e reorganizar a administração do Estado. Entendem que as autarquias locais têm a sua autonomia e capacidade de realização esmagadas, pelas múltiplas tarefas e encargos para execução de políticas decididas centralmente e a eleição, por um colégio restrito, de titulares de órgãos de direção de organismos desconcentrados, que estão vinculados a executar opções do governo e submetidas à sua tutela integrativa, não promovendo objetivos essenciais. O agendamento do projeto de resolução, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, que definia um calendário e metodologia, visando a instituição em concreto das Regiões Administrativas, até às eleições autárquicas em 2021, constituía uma oportunidade para se efetuar a descentralização de que o país carece. Entendem, não se poder deixar de assinalar, que aqueles que ciclicamente reiteram o seu apego à regionalização e os que repetidamente lamentam a desertificação, o abandono do interior e as assimetrias territoriais, tenham na Assembleia da República, contribuído com o seu voto, para impedir que se desse realização, ao que a Constituição da República Portuguesa consagra há mais de 4 décadas. Passa á leitura direta do quinto parágrafo da referida moção: “A posição assumida pelo PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal, Chega e PAN só pode ser merecedora de crítica, pelo que representa, denegação de um avanço indispensável ao desenvolvimento regional e à própria afirmação da autonomia do poder local. Nestes termos, a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho de vinte e nove de junho de 2020 delibera: -----

- 1 - Manifestar o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo de regionalização e reiterar o empenho desta Comunidade em prosseguir a sua ação para a concretizar; -----
- 2 - Denunciar o propósito de mais uma vez atrasar o processo de regionalização com o pretexto da pretensa democratização das CCDR's; -----

Handwritten signature



3 - Reafirmar a necessidade urgente de instituir em concreto as regiões administrativas no continente; -----

4- Manifestar a sua preocupação com o chamado processo de descentralização no que contende com as autonomias das autarquias locais, principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do Estado e da Administração Central, manifestar a sua preocupação com a universalidade dos direitos sociais fundamentais como a saúde e educação e por transferir de facto para as autarquias encargos incomportáveis.” Disse. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa, faz um pequeno ponto de situação, dos documentos rececionados pela Mesa, 3 moções, que poderão ser apresentadas e votadas, ou, apresenta-las seguidamente e proceder-se posteriormente, à votação das mesmas. É solicitada a palavra pelo membro, José Nogueira, sendo-lhe concedida.-----

José Nogueira – Solicita, em nome do Grupo Intermunicipal Socialista, ao abrigo do Regulamento da AI, um intervalo de dez minutos para apreciação condigna da moção apresentada pela CDU.--- É concedido o tempo solicitado a todos os grupos partidários presentes.-----

São retomados os trabalhos, passado o intervalo de dez minutos, não estando no momento presente na sala a membro, Maria Emilia que havia solicitado uso da palavra, pela ordem de inscrição é cedida ao membro, José Nogueira. -----

José Nogueira – Comunica que o Grupo Intermunicipal Socialista votará contra, não por serem contra a regionalização, mas porque o Partido Socialista atualmente no Governo, está a levar a cabo um programa que visa efetivamente, a criação das Regiões Administrativas. Explanando que a criação das mesmas deverá ser um processo com um *timing* adequado, para uma sólida implementação. Menciona a proximidade das eleições, para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs) e a existência de outros poderes a serem delegados e não reservados a Lisboa. Designando esta política, como dizem os ingleses “*little step*”, como mais adequada para prevenir a não rutura das instituições, mas sim a sua continuidade e satisfação dos interesses e direitos do povo português. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção. Questiona se mais alguém pretende intervir sobre o assunto em discussão. Não havendo mais inscrições submete a moção da CDU “Pela criação das Regiões Administrativas” a votação, tendo sido apurado o resultado: 3 votos a favor, 4 abstenções e 25 votos contra, num total de 32 membros presentes no Auditório. A moção não foi aprovada. -----

--- O Presidente da Mesa passa à moção apresentada pelo Partido Socialista a respeito da “Linha de Muito Alta Tensão no Alto Minho”. Cede a palavra ao membro, Carlos Trancoso. -----

Carlos Trancoso – Cumprimenta toda a Assembleia e demais presentes, começando por dizer que a questão da “Linha de Muito alta Tensão no Alto Minho” continua em consulta pública até ao dia



26 de julho do ano em curso. Refere que o traçado da Linha Dupla entre Ponte de Lima e Fonte Fria (Galiza), troço português a 400 kV's-AIA, 3295 irá passar nos concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Monção e Melgaço. Lembra que no princípio de 2014, esta Assembleia Intermunicipal foi conhecedora dos vários protestos de Câmaras e Assembleias Municipais, assim como de várias organizações de âmbito comunitário em que manifestaram a não aceitação do projeto da construção do "Eixo RNT entre Vila do Conde, Vila Fria- B e a Rede Elétrica de Espanha a 400 Kv's proposto pela,. Rede Elétrica Nacional, S.A. (REN). Considerando que em fevereiro de 2018 através do procedimento da definição do âmbito do n.º 206 a Comissão de Avaliação constituída pela Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Direção-Geral do Património Cultural, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Direção-Geral de Energia e Geologia, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Instituto Superior de Agronomia, Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves, deu parecer favorável ao projeto da Linha Dupla: Ponte de Lima - Fonte Fria, troço português a 400 Kv's, considerando na programação temporal, as fases do projeto, que a data prevista para entrada em serviço será em 30 de dezembro de 2021. Considerando que em 06/04/2018 a Assembleia da República aprovou a Resolução n.º 216/2018 para que fosse constituído um grupo de trabalho, que teria como objetivo, realizar um estudo de impacte das linhas e das torres da Linha de Muito Alta Tensão e avaliar do seu impacto nas populações e na saúde pública; considerando que mais recentemente na tentativa de impedir a execução de parte deste projeto a Câmara Municipal de Barcelos voltou a interpor ação junto do Tribunal Central Administrativo do Norte e o mesmo considerou que a Câmara de Barcelos não alegou e provou," como lhe competia, factos concretos que permitissem ao tribunal concluir que da instalação e funcionamento da linha elétrica resultará a produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses da população, da autarquia, traduzidos designadamente na lesão da sua saúde". Considerando que a Linha de Muito Alta Tensão entre Ponte de Lima e Famalicão já está em construção e a suspensão dos trabalhos "não será opção do Governo", conforme tornado público, de acordo com o que anunciou o Ministério do Ambiente e da Ação Climática. Tendo em conta que em fevereiro de 2018 a CIM do Alto Minho teve conhecimento do parecer favorável da comissão de avaliação, atrás referida e certamente tomou as medidas efetivas e formalmente atuou junto das instituições respetivas para demonstrar, inequivocamente, que seria contrária ao parecer favorável mencionado; da publicação em Diário da República acima citada, a CIM do Alto Minho teve conhecimento dos pareceres emitidos pelo grupo de trabalho aludido. Propõe-se que: a CIM do Alto Minho interpele o Governo a fim de dar a conhecer a posição de afetação que este projeto implica junto da nossa região, solicitar a sua suspensão e force a que os representantes deste projeto, voltem ao diálogo com esta

Handwritten signature in blue ink.



Comunidade e os representantes dos seus respetivos municípios. A CIM do Alto Minho e/ou os referidos municípios como última exigência ajam em conformidade, junto das instâncias respetivas a fim de interpor ação, se necessário, junto do Tribunal ou de outras Entidades para impedir a execução deste projeto. A CIM do Alto Minho fundamenta estas ações de modo a assegurar que da instalação e funcionamento da linha elétrica resultará a produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses da população da nossa região, traduzidos designadamente na lesão da sua saúde. Disse. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa relembra, que para ficar registo em ata, os membros terão que se deslocar ao púlpito, para que fique gravado. Cede a palavra à membro, Emília Cerqueira.-----

Emília Cerqueira - Comunica que no seguimento da intervenção feita anteriormente, se depreende, a posição do PSD no assunto em discussão, apenas acrescentando que na Assembleia Municipal de Monção foi tomada uma posição sobre esta matéria, assim como na Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e provavelmente noutras Assembleias Municipais, firmando assim, que o PSD luta desde 2017, já tendo inclusive, apresentado projetos de resolução na Assembleia da República e que na altura, incluía essencialmente Ponte de Lima e Barcelos. Refere ser do conhecimento do Presidente do Município anfitrião, Ponte de Lima, que o PSD é solidário e assim sendo subscrevem a moção apresentada, entendida como de interesse do Alto Minho. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção. Questiona sobre mais inscrições no âmbito do assunto da referida moção em discussão e eventualmente se algum Presidente de Câmara se queira pronunciar. Por solicitação concede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, José Maria Costa.-----

José Maria Costa – Apresenta os seus cumprimentos a toda a Assembleia e demais colegas, pedindo desculpa pelo atraso, justificando estar de regresso de três Assembleias Gerais, em Vila Real. Agradecendo terem iniciado a reunião e em especial ao colega, Vice-Presidente, Vítor Mendes. Recorda que o assunto, da Linha de Muito Alta Tensão no Alto Minho, é recorrente e que havia um compromisso da REN em fazer uma abordagem junto dos municípios para estudar a melhor solução, o que não aconteceu. Afirma concordar com o teor da moção apresentada, procurando a melhor solução, pois o projeto é uma mais-valia, sendo esta ligação até Espanha, muito importante, para a exportação de energia e futuramente até de energias renováveis, salientando que as preocupações recaem efetivamente sobre efeitos na saúde da população e em segundo plano o impacto ambiental no efeito paisagístico. Os municípios têm feito uma grande promoção de turismo, no espaço rural, e esta passagem da linha terá implicações menos positivas. Estando o Conselho Intermunicipal com esta preocupação, também, da Assembleia Intermunicipal, será solicitada uma reunião com a REN para discussão no intuito de minorar os



efeitos menos positivos. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal, que agora assume a sua representação nesta reunião. O Presidente da Mesa põe a votação a moção “A Linha de Muito Alta Tensão no Alto Minho”, apresentada pelo Partido Socialista. Após votação dos presentes com o resultado de: 36 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Refere ter na Mesa um Voto de Louvor sobre o combate à COVID-19, apresentado pelo Partido Socialista. Cede a palavra ao membro, José Nogueira. -----

José Nogueira – Começa por dizer que antes da leitura do Voto de Louvor, quer apresentar um agradecimento a José Carlos Freitas, que atualmente não é membro desta Assembleia, mas como membro da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, pelos ensinamentos que são reportados até à CIM do Alto Minho. Nos últimos tempos todos percebemos a expensas próprias como em tão pouco tempo tanto muda. E muito mudou de facto, com a eclodida da mais grave crise sanitária do nosso tempo, por força do aparecimento inesperado e quase instantâneo da COVID-19, doença classificada pela Organização Mundial de Saúde como pandemia internacional, encarada e combatida à escala global. Não obstante, a situação epidemiológica parecer estar controlada em Portugal e na Europa, a verdade é que a já demonstrada volatilidade do problema, no que respeita à sua evolução ou regressão, impedem o traçar de quaisquer previsões, aconselhando por conseguinte a não se embarcar em deslumbramentos que sendo tentadores, no limite, nos poderão ser fatais literalmente. Nesta batalha global, que a todos convocou e convoca, e que ninguém dispensou ou dispensa, todos fomos e somos soldados na luta contra um inimigo tão mortal quanto invisível, imprevisível e traiçoeiro, uns a partir do conforto e da segurança dos seus lares, contribuindo dessa forma para a mitigação da curva de transmissibilidade do vírus, outros através do combate direto de primeira linha, profissionais de saúde: forças de proteção civil e segurança, bombeiros, instituições de solidariedade social, bancos de voluntários, Câmaras Municipais, Juntas e Uniões de Freguesias, agrupamentos escolares, funcionários municipais dos serviços municipalizados, profissionais de transporte de mercadorias ou de grandes superfícies. E é relativamente a estes grupos de profissionais que impende sobre todos nós, o dever de reconhecimento público, pela sua fundamental intervenção na salvaguarda da saúde, da vida e da dignidade humana, extensível ainda a todos os alto-minhotos que no geral pugnaram, a todo o momento, por uma exemplar postura de cidadania de auto e de hétero proteção, salvaguardando e zelando pelo cumprimento das determinações decorrentes, do estado de emergência emanadas pelo Governo, designadamente pela Direção-Geral de Saúde, Autarquias e demais autoridades. Pelo exposto, porquanto tal reconhecimento se impõe como justo, justificado e necessário. A Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Alto



Minho, reunida a 29 de junho de 2020, delibera pela aprovação de um voto de louvor a dirigir a todas as instituições e profissionais alto-minhotos cujo contributo se revelou e vem revelando prioritário e decisivo no combate à crise sanitária provocada pela COVID-19 e da qual com a aprovação do presente, Voto de Louvor, deverá ser dado formal conhecimento público à comunidade alto-minhota. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e questiona a Assembleia sobre pronuncia relativa a este assunto. É solicitada e cedida a palavra ao membro, Celestino Ribeiro. -----
Celestino Ribeiro – Refere a apreciação por parte da CDU, em relação aos votos de louvor, no sentido de lembrar alguém e o risco de esquecer outros, exatamente os que são mais esquecidos. Nesta perspetiva refere que a CDU entende, da análise feita a esta moção, que a mesma colmata todas as possíveis lacunas que possam advir da lembrança de uns e esquecimento de outros. Assim informa estarem de acordo com a moção apresentada. Referindo apenas uma questão de forma, assim propõem uma ligeira alteração: no último parágrafo onde se lê “*delibera pela aprovação de um voto de louvor a dirigir a todas as instituições e profissionais alto-minhotos*”, para: “*delibera pela aprovação de um voto de louvor a dirigir a todas as instituições, profissionais e alto-minhotos*” para que inclua também toda a população que tem cumprido com o seu dever de cidadania e que não se inclui nestes grupos que aqui estão citados. Se for aceite a sugestão votarão favoravelmente.-----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção, e questionada a Assembleia se alguém se quer manifestar, não havendo inscrições passa à votação do Voto de Louvor com as alterações proposta e aceite por todos. Com 35 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra o mesmo é aprovado por unanimidade dos presentes.-----

--- O Presidente da Mesa recorda que ainda se está no período “De Antes da Ordem do Dia”, no ponto: **1.2-** Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal da iniciativa dos membros desta Assembleia. Lembro que foram votadas 2 moções e 1 voto de louvor. Intervenção da membro, Emília Cerqueira sobre a TAP e do membro, Tiago Lima sobre a Altice. Questiona a Assembleia se no âmbito deste ponto se há mais alguma intenção de intervenção. Faltando o pedido de intervenção pelo membro, Celestino Ribeiro a quem é concedida a palavra. -----
Celestino Ribeiro – Agradece e refere querer deixar uns apontamentos sobre preocupações e compreensão do que se esta a viver neste momento. Assim, começa por referir as decisões tomadas pelo Municípios no início de maio com a suspensão de todas as romarias, festas, eventos similares até ao fim do mês de setembro. Entendem que deve ter sido uma decisão dura de tomar, que implica na sua suspensão, a representatividade das romarias do Alto Minho, que são uma marca, são a imagem do Alto Minho. Compreendem ainda que a situação difícil em que nos encontrámos foi razão para a tomada de posição e decisão que todos tomaram, sabendo que



essas decisões não foram baseadas em desconhecimento, mas no conhecimento existente na altura, com uma ideia de que o combate a esta pandemia se faz pela proibição. Entendem que a palavra de ordem deveria ser sempre a de prevenção, repetindo a palavra, no intuito, da importância dada à defesa deste tipo de ação para combate à pandemia e não continuamente com a proibição, entendendo também, que a mesma por vezes é necessária. Querem com isto referir que este tipo de medidas deixou uma parte, sobretudo do movimento artístico, que está associado às festividades, como o comércio e até alguma indústria mais fragilizada. Percebendo e entendendo a posição tomada e não contrariando a mesma, entendem que poderia ter havido um pensamento crítico, para maior preservação da identidade deste território, até com um desafio à criatividade, para nos momentos festivos recordarmos o que somos e a importância para o território, com grande impacto principalmente no turismo, como tem tido nos últimos anos. Apresenta a preocupação sentida com o Alto Minho, entendendo ser a CIM um espaço privilegiado para se abordar, o desenvolvimento do território e de políticas de desenvolvimento, não podendo excluir a política dos transportes de base pública. No cenário ora vivido, de pandemia, é perceptível a inexistência de uma política pública de transportes que satisfaça todo o Alto Minho, acabando por deixar marginalizadas algumas populações do nosso território. Sugerem um maior esforço por parte do Conselho Intermunicipal para interceder, junto do Governo para uma política de transportes que possa satisfazer as necessidades do desenvolvimento territorial do Alto Minho. Lembram que há algumas medidas “avulso” tomadas por alguns municípios, que apenas remedeiam pequenas situações, no seu próprio Concelho, afastando mesmo assim o pensamento da CDU, muito mais global de satisfação de todo o Alto Minho. Refere o desempenho da CIM, com equipas multidisciplinares na ação da educação através do School 4All, estando a CDU a acompanhar o seu funcionamento e particularmente para a condição profissional. Enaltecendo o trabalho de muitos profissionais, nas escolas que se preocupam com o sucesso escolar e nem sempre tendo a sua situação profissional definida, alguns a recibos verdes, sem contratos de trabalho e por vezes, obrigados a interromper o seu trabalho, nomeadamente nos meses em que não há aulas, retomando no ano letivo seguintes as mesmas funções. Apela ao Conselho da CIM, por uma planificação conjunta com estas equipas presentes no terreno. Pois quando iniciam o seu trabalho está tudo estruturado, planificado com as metodologias de trabalho definidas e poderemos estar a perder alguma capacidade de trabalho e de incremento para um maior sucesso, para além da questão laboral. Agradece -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e não havendo mais inscrições cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

José Maria Costa – Agradece e comunica já lhe ter sido feito um pequeno resumo do ocorrido até ao momento da sua chegada a esta Assembleia, agradecendo questões que foram colocadas.



Começa por falar sobre a TAP – o restabelecimento de voos no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto que a todos agradou, principalmente a toda a região Norte, Autarquias e ao Turismo do Porto e Norte. Informa ter participado, a convite, do Turismo Porto e Norte numa conferência de imprensa na Câmara da Maia em que teve a oportunidade de demonstrar a insatisfação sentida por todos. A primeira razão relacionada com o facto da região Norte ser muito industrial, com grandes necessidades de utilizar várias rotas que não estavam previstas e eram fundamentais para o tecido industrial desta região; outra razão, prendia-se, quer pela forte relação entre todos os Concelhos do Alto Minho quer pela relação com a diáspora não perdendo as ligações com os principais destinos de emigração e por fim a importância do turismo, sabendo que algumas ligações, mais recentes, têm tido muito sucesso, nomeadamente as rotas para os Estados Unidos, Nova Iorque e Toronto que tem atraído muito turismo para o Norte de Portugal. Foi realizada posteriormente uma reunião, por videoconferência, com a administração da TAP e um conjunto de atores regionais, tendo sido estabelecido a ampliação de rotas e o incentivo a uma reprogramação e reafectação das mesmas, resumindo-se a um aspeto positivo de renegociação da situação. O Alto Minho sempre demonstrou a sua insatisfação perante o panorama existente. ----- Quanto à questão que foi abordada sobre o Rio Lima, é uma situação que vem de Espanha, sendo uma matéria a ser tratada com a APA, existindo uma comissão que gere as ligações de rios internacionais. Através de um contacto mais direto com o Vice-Presidente da APA, Pimenta Machado, será reencaminhado o assunto. Quanto ao assunto da Altice, foi elaborado um protocolo, no sentido de alargar a rede de distribuição aos territórios de mais baixa densidade, tendo sido o mesmo elaborado antes da situação da pandemia, COVID-19, que condicionou a celeridade, pois todo o país de uma forma repentina, teve um acréscimo de necessidades de comunicações, tendo passado a ser uma situação urgente para todos. Refere que mesmo, em Viana do Castelo, houveram situações concretas de falta de rede, sentidas por alunos no contexto de necessidades na educação. Salienta todas as preocupações sentidas, nesta fase de pandemia, com muitas dúvidas, incertezas e questões muito complexas, não deixando a CIM do Alto Minho de estar muito preocupada e atenta, reunindo várias vezes todas as semanas, estando continuamente em contacto, coordenação e articulação com vários organismos do Estado e da Administração Central, com uma atenção especial aos casos mais sensíveis, nomeadamente as situações vividas em lares e residências de idosos, com concelhos sem situações muito dramáticas, tendo que referir que, as respostas do Serviço Nacional e Saúde não responderam ao que era urgente, nem com a elaboração de testes. Assim como não deram respostas noutros países, não só no nosso, porque ninguém estava preparado para uma situação destas. Informa que foram estabelecidos dois mecanismos importantes, primeiramente uma boa articulação da ARS Norte com todas as CIM's, com reuniões semanais podendo reivindicar por melhores



condições, precisamente, por insistência desta CIM, conseguimos implementar locais para testes rápidos “*Drive Thru*”, os dois primeiros em Viana do Castelo e Ponte de Lima e ainda um terceiro em Valença. Foi e continua a ser um período de aprendizagem para todos e exemplifica com a Proteção Civil Distrital que tem já implementada uma organização hierárquica no que respeita ao combate a fogos, quanto à pandemia existem dois patamares de atuação: a saúde e a segurança social. Várias vezes foi necessário assumir a liderança e mesmo acionar o Plano Distrital de Emergência, nomeadamente com o colega de Caminha, Miguel Alves, uma estrutura de respostas nas dificuldades sentidas. Constatando que, entre a Segurança Social e os serviços de Saúde nunca tiveram uma relação muito fluída, sendo que os serviços de saúde controlavam os testes para situações de maior emergência, e a Segurança Social nos que respeita a lares e áreas de equipamentos sociais pretendiam uma prioridade. Sendo uma aprendizagem para todos foi possível uma maior articulação. Um aspeto não menos positivo, foi a posição do Governo em nomear um Secretário de Estado Coordenador por cada uma das regiões, contribuindo em muitas situações para uma maior celeridade na resolução de problemas e como interlocutor a coordenar várias entidades: INEM, a ARS Norte, as Câmaras e a Segurança Social, ativando mesmo a Defesa, através do seu Ministério. Foi e continua a ser um tempo complexo, com necessidade de prevenir fenómenos de multidão, como acontece nas festas e romarias. Compreenderão que não foi uma matéria fácil para cada um dos Concelhos, na tomada de decisões completamente inesperadas, mas sempre com ponderação e auscultação das entidades religiosas, tendo sido mandatado, por todos, para um contato com o Bispo da Diocese e ouvir também as orientações da própria, Conferência Episcopal Portuguesa, com decisões assumidas, em comunicados, com interdições até ao final do mês de setembro. Estas interdições foram decisões também tomadas noutros países. Nomeadamente no que respeita a festas e festivais com realizações de há muitos anos a esta parte. Quanto à questão da identidade, não concorda no aspeto em que a mesma não seja preservada, nomeadamente no concelho de Viana do Castelo, as festas e romarias não se realizaram nos moldes habituais, mas realizaram-se do ponto de vista religioso e algumas manifestações, mesmo identitárias que serão mantidas através de redes sociais e outros tipos de mecanismo. As nossas raízes culturais e a nossa identidade não se perderam, a necessidade foi mesmo ser consciente, na tomada de decisões difíceis. Referiu não entender como se permitiu a Volta a Portugal, mesmo com um plano de contingência, pois basta ver imagens das partidas e chegadas, assim numa atitude coerente, Viana do Castelo, disse não à passagem nesta região, decisão difícil, mas com intenção de garantir segurança às pessoas. Infelizmente o tema do COVID-19 não está resolvido e a tomada de decisões deve ser o mais coerente possível. Refere ser um trabalho árduo para ultrapassar problemas e encontrar soluções, referindo nomeadamente o aspeto do apoio artístico, tendo esta questão sido debatida na reprogramação de um programa

2
Viana do Castelo



anteriormente definido no PDCT – Cultura para Todos, um programa focado para o apoio à cultura para camadas mais desfavorecidas, nomeadamente idosos, com as dificuldades que surgiram com o COVID-19. Em reunião com o Presidente da CCDR Norte, a Senhora Ministra da Coesão e Secretário de Estado, transmitimos o desejo de rever esse Programa e o envelope financeiro que estava previsto e reformulá-lo, precisamente para apoiar a programação e produção cultural, os nossos atores culturais, revendo as prioridades, sentindo ser importante manter essa situação. No que respeita à educação haverá uma reprogramação do quadro comunitário do Portugal 2020, no setor do PDCT, com o mesmo valor monetário, relacionados com alguns equipamentos educativos, na substituição de coberturas de escolas ou mesmo na reabilitação de algumas escolas EB2,3 no território do Alto Minho. O Programa do School 4All, de combate ao insucesso escolar, sendo também uma matéria muito importante. Foi por nós solicitado, ao Presidente da CCDRN e à Senhora Ministra da Coesão Territorial, uma flexibilidade na utilização das verbas disponíveis de acordo com as necessidades de cada um dos Concelhos. Reconhecem também um conjunto de profissionais, como referido na última intervenção, mas aquando do lançamento deste projeto tinha um horizonte temporal e não um projeto de continuidade. Verificou-se que este projeto supriu algumas dificuldades sentidas nos próprios agrupamentos escolares, do ponto de vista de recursos, dado o Ministério da Educação não ter recursos suficientes, nessas áreas e as autarquias foram, de certa forma supletivamente, através do programa abordado, complementar algumas áreas e especialidades. Sobre os transportes públicos também não é uma área de fácil resolução, tendo sido surpreendidos pela pandemia, na fase de ultimar um concurso público de transportes. No Alto Minho, com a transferência de competências houve paragem de concessionários e transportadores, estando em fase de reativação, mas com muitas dificuldades. É uma matéria que ainda não está fechada, para além das enormes dificuldades sentidas, sendo entendido que há linhas que deveriam ser ativadas ao serviço público, tendo os operadores um entendimento diferente. Com o apoio jurídico necessário está a CIM a implementar um conjunto de procedimentos legais para a retoma de algumas linhas de serviço público, existindo neste momento, lacunas preocupantes. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e passa para o “Período da Ordem do Dia”
Ponto **2.1-** Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Senhor Presidente do Conselho. É solicitada a palavra pelo membro, Celestino Ribeiro, sobre o apresentado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

Celestino Ribeiro - Agradece a informação prestada pelo Presidente da CIM, referindo que na sua intervenção, não tinha dito que havia uma perda de identidade, pelas decisões tomadas em função da pandemia que nos assola, pelo contrário, concordam com a tomada de posições, principalmente sabendo que foram unânimes e que todos os municípios participaram nas



decisões, tendo sido portanto um trabalho conjunto. A questão apresentada, referida à identidade, prendia-se essencialmente com um novo desafio de criatividade, oportunidades ao movimento artístico, uma vez que esta a ser uma área muito penalizada, até pela ausência de festas e romarias. Agradece. -----

-- O Presidente da Mesa agradece o esclarecimento prestado e retoma o ponto 2.1. Concede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

José Maria Costa – No seguimento do que já foi dizendo, das dificuldades e constrangimentos que têm surgido por causa do COVID-19, em várias áreas e por todos os municípios, que desde março tem influenciado muitas atividades. Já abordou a reprogramação do Quadro Comunitário Portugal 2020 e a preparação do novo Quadro. Dá conhecimento à Assembleia de uma reunião com a Senhor Ministra da Coesão, que acompanhada por dois Secretários de Estado e que fizeram um *tour* por todas as CIM's do Norte tendo referido, a necessidade de mais execução do Quadro Comunitário ainda vigente, sendo a taxa de execução muito baixa, não sendo o nosso caso, mas o geral na região Norte. O que se traduz, no bom trabalho que tem sido desenvolvido pela nossa CIM e elogia o trabalho excepcional de toda a equipa da CIM e liderança do Eng^o. Júlio Pereira, que apoiados por todos os municípios, se tem conseguido alcançar bons resultados. Nesta altura mesmo em teletrabalho, os resultados têm sido muito positivos, permitindo alcançar os objetivos pretendidos, continuando a ser uma CIM de referência a nível nacional; quer nos que respeita ao PDCT (Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Alto Minho 2020), PEDU's (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) e PARU's (Plano de Regeneração Urbana). Tem sido desenvolvido um trabalho conjunto, com avaliação das prioridades, nomeadamente para a reprogramação deste Quadro e já, quais às áreas a considerar a nível do próximo Quadro Comunitário, estar a provisionar as maiores necessidades, após uma série de debates, encontros e reuniões e abordagem de vários temas considerando todo o Alto Minho. Foi também já referido nesta reunião, a questão do digital e das infraestruturas tecnológicas que têm tido um peso importante, nesta fase, sendo uma das grandes prioridades para que o Alto Minho esteja dotado das melhores condições técnicas e tecnológicas para os desafios que poderão surgir. A questão da competitividade do território é um trabalho em desenvolvimento, com mecanismo de inovação para apoio às nossas empresas. Dá conhecimento do trabalho conjunto que estar a ser desenvolvido entre o IPVC, a IN.CUBO a CIM do Alto Minho e o CEVAL, com um conjunto de ações para a criação de um Centro de Transferência Tecnológico. É um aspeto importante pois não existe nenhum centro nesta região, criando assim um espaço de apoio para a inovação. Agradece. -----

-- O Presidente da Mesa agradece as palavras proferidas, questionando sobre a intenção de intervenção de algum membro, não havendo intenções, passa para o ponto **2.2** Apreciação e

γ
A
S



Votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano 2019, e uma vez mais passa a palavra ao Senhor Presidente.-----

José Maria Costa – Sem intenção de se alongar demais, informa estar o documento muito claro, com evidências de muito trabalho, a velocidade cruzeiro, tendo sido 2019 e agora 2020 anos muito importantes para atividades financiadas em diversos domínios, com ações da própria CCDRN que geraram algumas perturbações de trabalho, que obrigou a um maior esforço da CIM, tendo sido inclusive transferidos para os municípios vários projetos, principalmente projetos de mais baixo valor, não significando menor trabalho, pois em questões de resolução, o trabalho a desenvolver é igual e por vezes muito carregado, do ponto de vista burocrático. Há um conjunto de projetos importantes. O mais estruturante é o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), não tendo sido, por nós, atingida a execução máxima na eficiência energética, por ter sido um projeto que surgiu tardiamente, sem financiamento a 100%, e 85% a fundo perdido, sendo um projeto com uma parte de poupança e retorno para um fundo nacional, tendo apesar de tudo, conseguirmos cerca de 80% da execução, sendo que outras CIM's da região Norte não passaram dos 30 a 40% e outras até menos. Na área da educação a execução foi muito boa. Nos setores onde ainda não foi nada executado, prende-se com os que ainda não abriram avisos, tendo sido o caso do "Cultura para Todos" tendo sido um caso específico e que vai ser agora revisto. Na área da Proteção Civil e dos Riscos houve muito trabalho de planeamento e mesmo a nível de iniciativas, *Workshops* de projetos de formação, de áreas de formação anuais. Foi feito também, um trabalho conjunto de iniciativas e parceria no sentido da mobilidade urbana sustentável, ao combate do insucesso escolar, através do Scholl 4All, com bons resultados, com a realização de seminários, alguns até dinamizados pelo Ministério da Educação. Projetos no domínio da cultura, um conjunto de projetos interessantes, que dinamizaram, não só, os Caminhos de Santiago, mas também a música e o património, com a participação de Bandas e um conjunto de atores e iniciativas muito interessantes, como é o caso do projeto "De Repente Canta a Gente", com os cânticos à desgarrada, característicos da nossa região. Há vários projetos no domínio do Turismo Sustentável, dinamização de percursos, na área do mar, com os desportos náuticos e estações náuticas e também iniciativas com a floresta. Têm sido setores com ações importantes de desenvolvimento. Realizou-se ainda, uma Assembleia do AECT Rio Minho sendo, como é do conhecimento de todos, um projeto importante - a constituição do AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial) com a vizinha Galiza, municípios da Deputación de Pontevedra, que conta já com um primeiro projeto que de acordo com a última reunião, a constituição da chamada ITI (Intervenção Territorial Integrada) já com um conjunto de ações concretas, em que no próximo Quadro Comunitário se conseguirá um envelope financeiro conjunto que permitirá financiar as intervenções entendidas como necessárias neste território.

2



Está à disposição para algum esclarecimento adicional ou pontual -----

--- O Presidente da Mesa, agradece a intervenção e questiona a Assembleia se alguém se pretende inscrever para falar sobre o assunto apresentado. Não havendo inscrições põe a votação o ponto **2.2** - Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano 2019. Procedeu-se à votação: com 35 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Passa ao ponto **2.3** - Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020, (Aplicação dos Saldos de Gerência). Senhor Presidente .-----

José Maria Costa – Considerando as recentes aprovações/reprogramações, das candidaturas apresentadas ao NORTE 2020, implicam um reforço das rubricas da despesa nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020, para a sua materialização efetiva, sendo efetuado o reforço por incorporação do saldo da gerência de 2019 no orçamento do corrente ano, como habitualmente. -----

--- O Presidente da Mesa agradece e abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado, não havendo inscrições, passou de imediato à votação do ponto **2.3** - Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020, (Aplicação dos Saldos de Gerência): 35 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.-----

Passa ao Ponto **2.4** - Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano 2019. Cede a palavra ao Senhor Presidente. -----

José Maria Costa – Refere como sendo do conhecimento de todos, os documentos de Prestação de Contas Consolidadas relativas ao ano de 2019, com entidades detidas ou participadas as quais se encontram integralmente elaboradas e descritas no documento apresentado e respetivo anexo.-----

--- O Presidente da Mesa agradece e abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado, não havendo inscrições passa de imediato à sua votação: Ponto **2.4** - Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano de 2019 com: 35 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, aprovado por unanimidade dos presentes-----

Finalmente apresenta o ponto **2.5** – Ratificação dos Procedimentos de Carater Plurianual de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019. Cede a palavra ao Senhor Presidente. -----

José Maria Costa- Refere procedimentos que vão sendo assumidos, pelo Conselho Intermunicipal, como órgão executivo, de carater plurianual, para situações relacionadas com candidaturas, no que respeita geralmente a reprogramações, sendo situações pontuais e devidamente justificadas para não se perderem oportunidades de participação. Esta apresentação é obrigatória nas sessões ordinárias desta Assembleia Intermunicipal, como órgão deliberativo, no cumprimento da alínea c) do nº 1 do artº. 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro. --



--- O Presidente da Mesa agradece e abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado, não havendo inscrições. Passou à votação do ponto **2.5** - Ratificação dos Procedimentos de Carater Plurianual de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, com a seguinte votação: 35 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.-----

Terminado o Período da Ordem do Dia desta sessão, passa ao Período de Intervenção do Público, não havendo público, passa a palavra à Vice-Presidente para aprovação da Ata em Minuta.-----

Margarida Vasconcelos - Cumprimenta toda a Assembleia, passando a um pequeno resumo desta sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, nesta data, referindo que no Período de Antes da Ordem do Dia, tomou da palavra o membro, José Nogueira do PS, para a apresentação de um voto de protesto sobre a necessidade de medição de temperatura, como critério de entrada para a presente reunião política. Seguidamente, interveio, o membro, Celestino Ribeiro da CDU com uma moção sobre a criação de Regiões Administrativas. O Presidente da Mesa propôs um Voto de Pesar por todos aqueles que padeceram de COVID-19, desde o início da pandemia, no Alto Minho, que foi subscrito por todos os grupos presentes na Assembleia Intermunicipal, tendo-se procedido de seguida a um minuto de silêncio. Dando início ao Período Antes da Ordem do Dia, ao seu ponto 1.1 Apreciação e Votação da Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal realizada a 6 de dezembro de 2019, não havendo intervenções neste ponto, passou-se a votação. Num universo de 36 membros presentes verificou-se: 30 votos a favor, 6 abstenções e 0 votos contra, verificando-se assim a sua aprovação por maioria. De seguida o ponto 1.2 referente à Apreciação de Assuntos de Interesse da Comunidade Intermunicipal. Neste ponto intervieram Emília Cerqueira do PSD, de seguida Tiago Lima do PS, e Rocha Neves da CDU que apresenta a moção sobre a criação das Regiões Administrativas. Após apresentação desta moção o membro, José Nogueira do PS pediu um intervalo de 10 minutos à Mesa, tendo o mesmo sido concedido. Retomada a sessão, com a discussão da presente moção, interveio o membro, José Nogueira pelo PS e a membro, Emília Cerqueira pelo PSD. Procedeu-se à votação desta moção que contou com 25 votos contra, 4 abstenções e 3 votos a favor, tendo sido reprovada. De seguida, passou-se à apresentação da moção sobre a Linha de Muito Alta Tensão pelo membro, Carlos Trancoso do PS. Na discussão da moção interveio a membro, Emília Cerqueira do PSD. Passando-se à votação, num universo de 36 membros: 36 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, verificando-se assim a sua aprovação por unanimidade dos presentes. O membro, José Nogueira do PS, apresentou um Voto de Louvor sobre o combate à COVID-19. Na discussão do voto de louvor interveio o membro, Celestino Ribeiro da CDU, passando-se à sua votação, num universo de 36 membros: 36 votos a



favor, tendo sido o Voto de Louvor aprovado por unanimidade dos presentes. Ainda no ponto 1.2 interveio o membro, Celestino Ribeiro da CDU. O Presidente da Mesa convidou o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, José Maria Costa, a intervir, e por fim, interveio novamente o membro, Celestino Ribeiro da CDU. -----

--- Passamos então para o Período da Ordem do Dia, 2.1 Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, não houve intervenções. Deu-se início ao ponto 2.2 Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2019, não houve intervenções, procedendo-se assim à votação, num universo de 35 membros: 35 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, verificando-se a sua aprovação por unanimidade dos presentes. De seguida, passou-se para o ponto 2.3 Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020 (Aplicação de Saldos de Gerência), não havendo intervenções, procedeu-se à votação, num universo de 35 membros: 35 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, verificando-se assim a sua aprovação por unanimidade dos presentes. De seguida, apresentação e discussão do ponto 2.4 Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano 2019, não havendo intervenções passou-se à sua votação num universo de 35 membros: 35 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, verificando-se assim a sua aprovação por unanimidade dos presentes. Por último, foi apresentado e discutido o ponto 2.5 Ratificação dos Procedimentos de Caráter Plurianual de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, sem intervenções, procedeu-se à votação, num universo de 35 membros: 35 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, verificando-se a sua aprovação por unanimidade dos presentes.-----

-- O Presidente da Mesa agradece este resumo para a aprovação da Ata em Minuta, que vai ser datada e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Intermunicipal. É cedida a palavra ao membro, Celestino Ribeiro, conforme solicitada. -----

Celestino Ribeiro – Apenas refere que o Voto de Louvor votado e aprovado por unanimidade, não foi o original, sugerindo que deveria ter a referência “com a alteração proposta e acordada por todos”. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a atenção e observação proferida, confirmando que ficará em ata. Refere que este apontamento é registado. -----

Passa à votação da Ata em Minuta, sem nenhuma intervenção e é votada por todos os membros presentes, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Solicita dois minutos de atenção, para deixar um agradecimento aos responsáveis pelo espaço, agradecer ao membro, Mimoso de Moraes, com o *input* inicial dado na reunião de líderes, tendo ajudado no processo inicial de preparação desta reunião, pelas condicionantes em vigor, no

2
Mimoso



âmbito da pandemia COVID-19, que obrigou a uma preocupação muito cuidada e atenta, ao *staff* da CIM do Alto Minho que foram incansáveis e muito preocupados na preparação desta sessão e ao Júlio Pereira também pela preocupação demonstrada para que tudo corresse pelo melhor. Apresenta os seus cumprimentos a todos, apelando ao sentido de responsabilidade que temos tido e teremos a manter, neste período de pandemia. Agradece a todos e a cada um dos membros, pelo desempenho nas suas Assembleias Municipais que têm um papel fundamental em todo o processo de proximidade e pela interligação com os Presidente de Junta de Freguesia e União de Freguesias. O trabalho nesta situação, completamente imprevisível, não está terminado, exigindo um duplo esforço, inclusive na decisão do confinamento e agora numa ação, não menos importante, o de fazer um acompanhamento exaustivo, ao que surgirá e o papel dinamizador na sociedade em termos sociais e económicos, para que a economia não pare. Com o desejo de sorte e coragem para o futuro que é uma incógnita e prevê-se seja ainda pior. Faz um agradecimento em nome pessoal ao desempenho dos Autarcas, Presidentes de Câmara e suas equipas, todos incansáveis. Agradece. -----

José Maria Costa – Agradece as palavra do Presidente da Mesa, que partilha na íntegra, agradece ao anfitrião e a toda a sua equipa de suporte a toda a Assembleia e colegas endereçando votos de boa saúde a todos.-----

--- O Presidente da Mesa agradece.-----

--- Os trabalhos foram encerrados pelas vinte horas, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virginia Guedes do Rego, que a redigi.-----

Ponte de Lima, 29 de junho de 2020. -----

O Presidente da Assembleia

Eduardo Jorge do Paço Viana

A Vice-Presidente da Assembleia

Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos



O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Maria Virgínia Guedes do Rego